



XVIII Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande.
Extensão Universitária: Transformando Realidades e Construindo Esperança.
De 18 a 26 de março de 2025.
Campina Grande, Patos, Sousa, Pombal, Cuité, Sumé e Cajazeiras, PB – Brasil.

MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS NOS ASSENTAMENTOS POPULARES DE CAMPINA GRANDE

Vinícius Piancó Saraiva¹, Maria Alice Silva de Oliveira², Rávina Beatriz Marinho Medeiros³, Gabriel Matheus da Silva Oliveira⁴, Amanara Quaresma Zeferino Nascimento⁵, Mariane Antunes Pamplona⁶, Demóstenes de Andrade Moraes⁷, Livia Izabel Bezerra de Miranda⁸

livia.izabel@professor.ufcg.edu.br e demostenes.andrade@professor.ufcg.edu.br

Resumo: O projeto de extensão “Mapeamentos Participativos nos Assentamentos Populares de Campina Grande / PB” integra o Programa de Extensão “Fortalecendo Capacidades e Ações pelo Direito à Cidade” e mapeou e reconheceu de forma participativa problemas, forças e potenciais em seis assentamentos populares de Campina Grande e João Pessoa para contribuir à mobilização e incidência política de seus moradores nas lutas por direitos.

Palavras-chaves: *Mapeamento Participativo, Assentamentos Populares, Incidência, Direitos.*

1. Introdução

O presente Projeto de Extensão, “Mapeamentos Participativos nos Assentamentos Populares”, integra o Programa “Fortalecendo Capacidades e Ações pelo Direito à Cidade”, e tem promovido atividades previstas no âmbito do projeto de pesquisa Universal, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 10/2023, “Mapeamentos Participativos nos Assentamentos Informais de João Pessoa e Campina Grande PB”, sob a coordenação do coordenador dessa extensão, Prof. Demóstenes Moraes. O projeto é vinculado, ainda, ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da UAEC/CTRN/UFCG e realizado pelos pesquisadores e extensionistas do Núcleo Paraíba do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles.

O projeto de extensão buscou viabilizar processos dialógicos durante a aplicação das suas metodologias e realização das atividades desenvolvidas a partir da troca de saberes e informações, buscando mapear, localizar e entender as condições dos assentamentos e territórios populares nos âmbitos socioambiental, territorial e infraestrutural, visando a participação popular e a autonomia nas decisões das nossas cidades. Foram realizados, portanto, mapeamentos participativos em seis assentamentos populares dos dois municípios que expressam as visões de seus moradores os problemas e potenciais, fragilidades e forças, alianças e conflitos socioterritoriais e ambientais espacializados em mapas.

Os mapas e demais registros e produtos realizados a partir dos processos participativos de mapeamentos resultaram em folhetos para disponibilizar a lideranças e moradores dos assentamentos. Nesses produtos foram incorporadas informações sobre os direitos à cidade e à saúde coletiva e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tais informações inseridas nos

folhetos, portanto, contribuíram na organização de demandas e propostas para a melhoria das comunidades e para a realização de ações de incidência política para a promoção e garantia de direitos. Os mapas e folhetos foram, ainda, incorporados a uma plataforma virtual aberta com os dados e as informações coletadas de cada assentamento popular.

2. Metodologia

Os mapas são representações gráficas de determinados áreas geográficas (territórios, regiões etc.) com informações e dados diversos sobre suas condições, mas relacionados e condicionados às finalidades que motivaram a elaboração. São instrumentos do campo da Cartografia, área do conhecimento que se refere a estudos, análises e operações técnicas, científicas e artísticas que são expressos e representados em cartas geográficas.

No projeto de extensão proposto pretendeu-se por meio da elaboração de mapeamentos participativos identificar e reconhecer problemas e potenciais, fragilidades e forças, alianças e conflitos socioterritoriais e ambientais nos assentamentos populares. A partir destes reconhecimentos, os participantes-elaboradores dos mapas poderão organizar demandas e propostas espacializadas e ações de incidência política pelo direito à cidade e pelos ODS. Os Mapas Participativos elaborados estão disponíveis para o público em geral em uma plataforma digital aberta.

O projeto de extensão foi desenvolvido a partir uma abordagem teórico-metodológica crítica, multidimensional integrada e qualiquantitativa sobre as condições dos assentamentos populares de João Pessoa e de Campina Grande por meio de mapas participativos, a partir de estímulos a processos dialógicos e visões críticas espacializadas por seus moradores sobre problemas e potenciais, fragilidades e forças, alianças e conflitos socioterritoriais e ambientais. A extensão foi desenvolvida a partir sete atividades principais, sendo elas:

Atividade 1. Mobilização e formação de grupos de trabalho da extensão nos assentamentos populares para estabelecer contato, reuniões e mobilizações com o fito de realizar as oficinas de mapeamentos participativos com os líderes comunitários, moradores e apoiadores destes territórios.

^{1,2,3,4,5,6} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁷ Orientador e Coordenador do Projeto de Extensão, Professor Doutor, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁸ Coordenadora do Programa de Extensão, Professora Doutora, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

Atividade 2. Elaboração de instrumentos pedagógicos, materiais didáticos e tutoriais para os processos de capacitação sobre o desenvolvimento de mapeamentos participativos.

Atividade 3. Capacitações e transferências de tecnologias com participantes do projeto para as oficinas para o desenvolvimento de mapeamentos participativos, com ênfase em processos dialógicos para compreensões coletivas consensuadas, mas abertas aos dissensos, sobre os conceitos e significados das questões que serão priorizados nos processos.

Atividade 4. Oficinas de mapeamentos participativos que serão realizados mapas para a identificação, mapeamento e caracterização de problemas e potenciais, fragilidades e forças, alianças e conflitos socioterritoriais e ambientais dos assentamentos populares.

Atividade 5. Disponibilização, divulgação e publicização dos mapas participativos para os moradores dos assentamentos a partir das sedes de entidades e organizações existentes nos assentamentos; encaminhados para órgãos e gestores públicos, junto com outros dados e informações e, também, demandas e propostas das lideranças; publicizados para o público em geral na plataforma digital aberta estruturada no âmbito da pesquisa Universal, da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 10/2023.

Atividade 6. Organização de demandas e propostas para os assentamentos, posteriormente a confecção dos mapas participativos e às análises críticas sobre as realidades dos assentamentos populares para divulgação geral, e especialmente, para subsidiar ações de incidência política junto a órgãos e gestores públicos.

Atividade 7. Avaliação participativa e elaboração do relatório do projeto de extensão, a partir da realização de reuniões com grupos de trabalho e apoiadores parceiros para avaliação dos produtos e das atividades realizadas.

3. Resultados e Discussões

As oficinas dos mapeamentos participativos foram realizadas em seis comunidades, Catingueira/Riacho de Bodocongó, Catolé (Pedreira do Catolé) e Vila Cabral, Monte Castelo – Cachoeira e Santa Cruz, em Campina Grande, e Terra Nova, em João Pessoa.

As atividades foram realizadas com a presença da equipe do projeto de extensão, incluindo coordenador, coordenadoras, extensionistas bolsistas, extensionistas voluntários, moradores e representantes das comunidades aos quais foram contatados, previamente, na realização da atividade 01. Os encontros visavam obter informações referentes às infraestruturas, tais como, água, eletricidade e saneamento, aos serviços dispostos, as questões socioambientais e territoriais, aos equipamentos públicos e privados; e, também, os problemas sanitários e de saúde decorrentes da insuficiência de infraestruturas de saneamento. Também foram questionadas as dinâmicas socioespaciais que ocorrem nos assentamentos processos históricos, de identidade com o lugar e as relações interpessoais. A partir disso, com a finalização da Atividade 3 descrita anteriormente, a equipe de extensionista dividia-se em grupos definidos pela quantidade de pessoas presentes

nos encontros participativos e iniciava o mapeamento com o auxílio do roteiro semiestruturado. Os cartogramas de cada assentamento possuem informações básicas, como o nome das ruas e principais pontos de referência que ajudasse os moradores a se localizar nas imagens satélites que serviam como bases aos mapeamentos.

Com base nesse processo dialógico e coletivo, os mapas recebiam novas informações descritas por anotações em cima do acetato que era fixado ao cartograma, esboços feitos pelos moradores e ícones. Desse modo, as atividades descritas anteriormente foram organizadas e desenvolvidas na seguinte sequência:

(i) Apresentação da equipe de extensionistas e de uma breve explicação sobre como se dariam os processos de mapeamentos participativos, seus objetivos e sua importância;

(ii) Realização dos mapeamentos com o auxílio do roteiro semiestruturado, com o fito de guiar a oficina;

(iii) Apresentação geral do que foi mapeado e discussão sobre planejamento participativo com o intuito estimular propostas para os problemas e questões mapeadas nos mapas e de mobilização social para a incidência política.

Relacionado ao que foi descrito, logo abaixo dispõe-se uma tabela com o resumo das oficinas e devolutivas realizadas durante projeto de extensão.

Tabela I – Dados das oficinas e devoluções.

	Data das Oficinas	Datas das Devolutivas	Local
Terra Nova	26/07/24	08/11/24	Igreja da comunidade
Monte Castelo	10/09/24	22/01/25	SAB de Monte Castelo
Catingueira	12/09/24	14/02/25	ONG Proamev
Pedreira do Catolé	04/11/24	27/01/25	SAB do Catolé
Vila Cabral	06/11/24	07/02/25	Pracinha de Vila Cabral
Santa Cruz	04/12/24	29/01/25	Igreja da comunidade

Com relação a cada oficina e aos seus resultados, podem ser destacados os seguintes pontos:

1ª Oficina - Comunidade Terra Nova (João Pessoa):

A oficina do mapeamento participativo no Assentamento de Terra Nova, no Bairro do Alto do Céu, região oeste de João Pessoa foi realizada no dia 26 de julho de 2024, em uma Igreja Evangélica da comunidade, a partir do apoio do pastor e líder comunitário Erinaldo, contando com 15 participantes.

O assentamento está situado em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) tipo 2, que foi originalmente destinada para a construção de moradias populares. Entretanto, com o atraso da obra, o terreno passou por um processo de ocupação. O assentamento popular encontra-

se próximo a uma pedreira clandestina de extração de calcário com suas atividades iniciadas em 2011 e encerradas somente em janeiro de 2024.

A partir das informações obtidas, foi possível constatar que Terra Nova sofre com o descaso constante do Poder Público. Poucas melhorias foram implementadas e a maior parte das construções foram autoproduzidas pelos moradores mesmo que de forma irregular. Em função de tais insuficiências, a precariedade predomina e os acessos e condições de deslocamentos dos moradores são inadequados pela falta de pavimentação e de infraestruturas de drenagem. Essas condições foram mapeadas pelos moradores. Além disso, os moradores reportaram e espacializaram algumas áreas sem redes de esgotamento sanitário. Outra questão reportada por eles foi a inexistência de áreas de lazer e de equipamentos públicos de saúde.

No final da oficina houve um momento de elaboração de propostas, entre elas: a implementação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; a implementação e regularização de rede de energia elétrica; e a elaboração e implementação de projetos de equipamentos públicos.



Figura 2 – Registro da Oficina.

Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles Paraíba

2ª Oficina - Comunidade Monte Castelo - Cachoeira:

A oficina do mapeamento participativo no assentamento de Monte Castelo, no bairro do monte Castelo em Campina Grande foi realizada no dia 10 de setembro de 2024 na Sociedade dos Amigos do Bairro (SAB), sendo a Dona Nazaré a principal apoiadora da mobilização e divulgação da oficina. O mapeamento foi realizado com a participação de 19 pessoas presentes, sendo divididas em dois grupos para elaboração dos mapas participativos.

A partir do diálogo e troca de saberes no âmbito da oficina, identificou-se que a comunidade é integrada na parte Sul por uma área em condição mais precária. Nessa área havia um assentamento denominado como Cachoeira que, segundo os relatos dos participantes, surgiu por meio de ocupações irregulares e de risco e que, posteriormente, sofreu um processo de remoção, com as famílias sendo reassentadas para o Conjunto Glória. Atualmente, essa parte da área encontra-se reocupada pelos moradores locais e sofre com a ausência de rede de esgotamento sanitário e calçamento, além da iminência

de uma nova remoção. A Leste, o assentamento é integrado por uma extensa área livre que é utilizada pelos moradores para despejo de lixo, o que torna o lugar inacessível e inadequado no âmbito ambiental. Pelos relatos dos moradores, evidencia-se a omissão governamental em relação ao assentamento popular quanto aos serviços básicos, às situações de risco socioambiental e ao déficit de áreas de lazer e esportivos. Tais situações foram espacializadas nos mapas por eles.

No âmbito das propostas, os “lugares de despejo de lixo” apontados pelos moradores dentro do assentamento foram indicados como possíveis áreas para implementação de espaços de lazer.



Figura 3 – Registro da Oficina.

Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles Paraíba

3ª Oficina - Comunidade Catingueira:

A oficina do Mapeamento Participativo em Catingueira foi realizada no dia 12 de setembro de 2024 com a presença de 21 participantes. O contato para realização foi estabelecido com Marcelo, líder comunitário, que disponibilizou o espaço da ONG ProAmev para realização das atividades do mapeamento participativo. Ao chegar ao local, os participantes foram divididos em dois grupos para realização da oficina, para que fosse possível garantir a participação ampla de todas as pessoas.

Os moradores indicaram como limites do assentamento os corpos hídricos do entorno, o canal e a Avenida Jucelino. Na recuperação histórica do assentamento foi registrada a existência de um conjunto habitacional denominado “Gondim” (Conjunto “Pedro Gondim”), mas que teve suas obras paralisadas em função de problemas encontrados em sua documentação. Mesmo sem ter as obras concluídas, o conjunto acabou sendo ocupado tendo problemas relacionados à insuficiência de infraestrutura.

Como potencialidade foi evidenciada a união dos moradores da comunidade nas lutas por melhorias.

A partir dessa análise geral da Catingueira, os moradores propuseram mudanças referentes a: novos equipamentos públicos de saúde e lazer, como praças e/ou parques; calçamento de ruas; e melhorias do sistema de esgotamento sanitário.



Figura 4 – Registro da Oficina.

Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles Paraíba



Figura 5 – Registro da Oficina.

Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles Paraíba

4ª Oficina - Comunidade Catolé - Pedreira do Catolé:

A Oficina para o Mapeamento Participativo da Comunidade Pedreira do Catolé foi realizada no dia 04 de novembro de 2024. O contato para realização da oficina foi estabelecido com a moradora Ailma Araújo, que disponibilizou a SAB da comunidade localizada na rua Vigário Calixto, S/N, bairro Catolé. O mapeamento contou com a participação de 12 moradores.

A partir dos relatos dos moradores, constatou-se que o assentamento tem um perímetro menor que o estabelecido pelos dados oficiais da prefeitura. A comunidade é resultante da ocupação das primeiras ruas, João da Penha e João Benone de Andrade, após a chegada da Igreja do bairro. Alguns equipamentos foram construídos nos anos 2000, na gestão municipal de Veneziano.

Os moradores relataram que comunidade sempre foi impactada por intempéries. Foram mapeadas, ainda, algumas áreas em que há problemas no abastecimento de água; ruas sem iluminação pública; e a ausência de áreas arborizadas.

Vale salientar que a comunidade conta com serviços como Programa Saúde da Família, mas que apresenta uma certa irregularidade em seu atendimento, como a demora para a realização de exames e entrega de seus resultados. Outro apontamento feito por uma das moradoras do bairro foi a recorrência de alagamentos na rua Ovídio Leocácio.

Para além dos problemas apontados na oficina, a comunidade é abastecida, também, por bons serviços e equipamentos públicos..

Com base na análise dessas informações, os moradores sugeriram propostas, tais como: implementação de uma horta comunitária; e implantação de um estacionamento próximo a Igreja, onde hoje é uma área de despejo de lixo.

5ª Oficina - Comunidade Vila Cabral:

A oficina para o Mapeamento Participativo da comunidade de Vila Cabral foi realizada no dia 06 de novembro de 2024, a partir do contato com o Sr. Jairo, um dos mobilizadores da comunidade. As atividades foram desenvolvidas na praça de Vila Cabral, como estratégia de mobilização de mais pessoas. No dia houve uma adesão muito significativa por parte da comunidade, o que resultou na participação de 23 pessoas na oficina de diversas faixas etárias.

No que diz respeito aos mapas participativos, os moradores indicaram marcos históricos que existiam em áreas próximas ao assentamento que fizeram parte do surgimento e formação da comunidade, entre eles, um lago onde hoje é o Shopping Partage, uma fábrica de tijolos e uma casa de farinha na região Oeste ao assentamento. Além de tais marcos que fizeram parte da história da área, destaca-se, recentemente, a presença do Complexo Heron Marinho, empreendimento integrado por imóveis comerciais, de serviços, residenciais e um hotel. Para os moradores esse empreendimento é um motivador de mudanças infraestruturais e de serviços nas proximidades do assentamento. É importante pontuar que, mesmo com a chegada do complexo imobiliário valorizando ainda mais o lugar e seu entorno, a comunidade ainda carece de equipamentos básicos em seu território, tais como, áreas de lazer e esportivas.

Além disso, com as informações levantadas na oficina, percebe-se que Vila Cabral possui calçamento em suas ruas, uma boa coleta de lixo e uma farmácia, ao qual atende toda a comunidade. Em contrapartida, apesar de estar integrado por redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, os moradores reportaram a frequente falta de água nas casas do bairro.

Por fim, no que diz respeito ao planejamento participativo e às propostas que surgem com o mapeamento, os moradores desejaram pelos seus apontamentos o interesse de possuir áreas de lazer para suas crianças, tais como, quadras, parques e/ou praças.



Figura 6 – Registro da Oficina.

Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles Paraíba
6ª Oficina - Comunidade Santa Cruz:

A oficina para o Mapeamento Participativo de Santa Cruz foi realizada no dia 04 de dezembro de 2024 na Igreja Católica da comunidade, localizada na Rua Francisco Lopes de Almeida ao lado do posto de saúde Raif Ramalho. O contato para realização da oficina foi estabelecido com Benedita, uma das líderes do bairro. A oficina contou com 16 participantes, que foram divididos em dois grupos para o desenvolvimento das atividades participativas.

No contexto do que foi mapeado em Santa Cruz, a demarcação dos limites apresentado pelos participantes extrapola os que foram definidos pela Zona Especial de Interesse Social de Santa Cruz, estabelecidos pela Lei Municipal N° 4.806/09, que tem como objetivo regulamentar, urbanizar e regularizar essas zonas. Ficou evidente, então, que a delimitação dessa zona já não mais corresponde à área atual do assentamento popular, sendo necessário um estudo para o reconhecimento institucional de seus limites atuais.

Ademais, a partir do que foi mapeado, denota-se que Santa Cruz teve um processo de ocupação na área das margens do canal, identificada como uma zona insegura e precária para construção de moradias. Atualmente, ainda se encontra ocupada e com riscos ambientais e de saúde, considerando que é um trecho da comunidade que possui despejo de lixo e esgoto. Além disso, Santa Cruz tem uma ponte que é um dos trajetos usados diariamente pelos moradores, mas que vem sendo inacessível para o tráfego devido à precariedade de suas condições.

Outro apontamento bastante importante apresentado pelos participantes, é que apesar de ser uma comunidade tranquila, os moradores não possuem o sentimento de coletividade, dificultando as atividades comunitárias, inclusive, da própria reativação da SAB do bairro, fechada por dois anos por sua precariedade e em função da falta de recursos para realização de obras estruturais.

A despeito do reconhecimento da disponibilidade de equipamentos públicos próximos, tais como, a UPA e o parque linear do Dinamérica, algumas das questões importantes apontadas na oficina para os que vivem na comunidade de Santa Cruz é a ausência de equipamentos educacionais, em especial, uma creche que atenda as crianças da comunidade.

Na parte final da oficina, que corresponde ao planejamento e organização de demandas e propostas, os moradores indicaram a necessidade de implementar equipamentos educacionais, melhorar o serviço e os equipamentos públicos já existentes no entorno e dentro da comunidade, assegurar uma moradia adequada para aqueles que sofrem nas proximidades do canal e, por fim, o fortalecimento das entidades e grupos de apoio do bairro.



Figura 7 – Registro da Oficina.

Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles Paraíba

Após a realização das oficinas, foram realizadas as devolutivas para os seis assentamentos pelo grupo de extensionistas em janeiro de 2025 devido à quantidade de materiais para serem sistematizados. Foram apresentados os resultados e entregues os produtos das oficinas organizados e disponíveis em um folheto tamanho A3, com informações e propostas mapeadas pelos próprios moradores. Neles foram abordados textos informativos e de fortalecimento das iniciativas de incidência política, a história dos assentamentos, afetos e as relações. Além de, expressar visualmente pelos cartogramas, todas as percepções e pontuações do território levantados pelos participantes nos encontros.

Desse modo, os textos informativos foram dispostos na parte da frente do folheto reforçando a importância de lutar pelos direitos humanos e sociais garantidos constitucionalmente e da participação popular nessas construções. Já no verso do folheto, foram inseridos os mapas participativos com os problemas, potenciais e propostas para subsidiar ações de incidência política por melhorias nos assentamentos.



Figura 6 – Registro da Devolução.

Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles Paraíba

4. Conclusões

O projeto de extensão se demonstrou como uma iniciativa fundamental para o fortalecimento do direito à cidade e a promoção de comunidades mais justas e sustentáveis. Ao longo da sua execução, o projeto alcançou seus objetivos principais, que incluíram a identificação de problemas e potenciais nos assentamentos populares, a elaboração de materiais de divulgação dos resultados, e a organização de demandas e propostas correspondentes a um planejamento participativo como alternativa para a melhoria das condições de vida nesses territórios.

A metodologia adotada permitiu que os moradores dos assentamentos fossem protagonistas no processo de identificação e discussão das questões que afetam suas comunidades. Essa abordagem não apenas valorizou o conhecimento local, mas também, fortaleceu a autonomia e a capacidade de incidência política dos moradores, revelando a importância do saber popular nas tomadas de decisões referentes aos territórios que construíram e onde vivem.

As oficinas realizadas em seis comunidades evidenciaram a importância da participação popular no planejamento urbano, destacando a necessidade de que o poder público atenda às demandas específicas de cada território, pois são plurais e distintas. Os mapas participativos produzidos durante as oficinas serviram como ferramentas poderosas para a visualização e discussão das problemáticas, potencialidades e propostas locais, além de serem instrumentos comunicativos que auxiliam esse processo de reivindicação de direitos básicos, como acesso à água, saneamento, moradia digna, serviços e infraestrutura urbana.

Um significativo avanço observado durante o projeto, foi a aprovação do Plano Diretor de Campina Grande, com o reconhecimento institucional-legal de 23 novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em decorrência dos estudos realizados no âmbito do projeto Universal de 2021; incluindo, assim, três dos seis assentamentos mapeados nas oficinas participativas. A contemplação dessas comunidades no novo Plano Diretor atesta a importância do trabalho realizado pelo projeto, que não apenas mapeou as demandas locais, mas também contribuiu para a visibilidade e o reconhecimento desses territórios.

O projeto, portanto, foi concluído com significativos resultados que expressam a importância da participação popular na construção das nossas cidades. Além de, reforçar a relevância de ter atividades acadêmicas construídas com a sociedade, em especial aquelas realizadas com grupos sociais vulnerabilizados, sendo realizadas em seus territórios de vida, muito além do espaço universitário. O projeto de extensão tornou claro a necessidade colaborativa entre universidade, comunidades e poder público nas decisões e mudanças dos assentamentos e territórios populares. Desse modo, foi possível a partir das trocas de saberes populares e técnicos conectar a teoria à prática, ampliando as possibilidades de construção de iniciativas futuras para a transformação e emancipação social..

5. Referências

- [1] ACSELRAD, Henri. (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- [2] ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri. (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- [3] BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.
- [4] CAMPINA GRANDE. Lei complementar nº 213, de 03 de Janeiro de 2025. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Campina Grande, revogando a lei complementar municipal nº 033, de Outubro de 2006, e dá Outras Providências . PMCG, 2025.
- [5] CAMPINA GRANDE. Lei nº 4.806, de 23 de Setembro de 2009. Regulamenta as Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande e dá Outras Providências. PMCG, 2009.
- [6] JOLIVEAU, Thierry. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, Henri. (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- [7] REZENDE, E. M.; ANGELUCI, A. C. B. (2019). Mapeamento participativo digital e direito à cidade. Revista Extraprensa, 13(1), 114-128. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.162763>
- [8] RISLER, J.; ARES, P. Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa - 1ª ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.
- [9] SYDENSTRICKER-NETO, J. (2008). Mapeamentos participativos: pressupostos, valores, instrumentos e perspectivas. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 10(2), 73. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n2p73>

Agradecimentos

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2024 PROBEX/UFCG. À Frente pelo Direito à Cidade e ao BrCidades de Campina Grande. Ao grupo de extensionistas que participou ativamente no desenvolvimento projeto. Às lideranças e moradores de Terra Nova (JP), Monte Castelo, Catingueira, Pedreira do Catolé, Vila Cabral e Santa Cruz.